

# Sul América Companhia Nacional de Seguros

CNPJ 33.041.062/0001-09



## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. **1. Conjuntura econômica:** 2020 ficará marcado como um ano desafiador, no qual o mundo sofreu uma crise sanitária causada pela COVID-19, que com seu alto poder de disseminação, obrigou a quase paralisação das atividades econômicas e sociais, gerando um ambiente de incerteza e uma profunda recessão na economia global. Governos foram obrigados a adotar políticas fiscais expansionistas, elevando os níveis de endividamento público. Bancos centrais das principais economias avançadas passaram a praticar políticas de juros zero ou negativos e aumentaram expressivamente a oferta de crédito. Esses esforços deram suporte à atividade econômica global, criando condições para a superação do choque negativo causado pela pandemia. No Brasil, não foi diferente. O choque causado pela COVID-19 resultou em uma queda relevante do PIB no 2º trimestre do ano. O governo brasileiro adotou medidas visando à recomposição da renda, principalmente do setor informal da economia, com ajuda creditícia às micros, pequenas e médias empresas, buscando suavizar os riscos de paralisação da atividade e aumento do desemprego. Tais medidas, combinadas a um maior relaxamento do isolamento social acompanhando a evolução da pandemia, foram essenciais para que ao longo do 2º semestre os efeitos dos programas de suporte governamental contribuíssem para uma expansão do PIB no 3º trimestre. Tal crescimento foi liderado pela indústria e comércio, enquanto o setor de serviços mostrou uma evolução mais lenta, afetado, ainda, pelo ambiente desafiador causado pela COVID-19. Em 2020, o PIB brasileiro deve apresentar um número melhor do que as projeções do início da pandemia. A inflação, apesar da fraqueza interna, foi afetada pela alta das commodities e depreciação do real. O IPCA fechou o ano com alta de 4,2%, ligeiramente acima do centro da meta de 4% para 2020, e a taxa Selic era de 2% em dezembro, no nível mínimo histórico. Para 2021, as expectativas são positivas, com o processo de vacinação contra a COVID-19 avançando e assim criando condições para o restabelecimento da confiança dos agentes econômicos. Com isso, o mercado de trabalho e a renda tendem a se fortalecer, sendo fatores essenciais para a consolidação da retomada econômica em 2021, assim como a assecuração de um regime fiscal sólido e o avanço na agenda de reformas. **2. Principais Informações Financeiras:**

(R\$ milhões)	2020	2019	Δ
Prêmios emitidos	225,4	3.520,6	(93,6%)
Prêmios ganhos	294,6	3.584,2	(91,8%)
Sinistros ocorridos	(203,7)	(2.142,9)	90,5%
Custos de aquisição	(60,4)	(718,3)	91,6%
Margem bruta	30,5	723,0	(95,8%)
Despesas administrativas	(196,1)	(594,1)	67,0%
Resultado patrimonial	602,6	826,7	(27,1%)
Resultado antes dos impostos e participações	397,5	915,1	(56,6%)
<b>Lucro líquido</b>	<b>424,4</b>	<b>937,3</b>	<b>(54,7%)</b>

**3. Comentário sobre o desempenho:** Em 2020, ocorreu a alienação das operações de automóveis e massificados prejudicando a comparação entre os períodos demonstrados. Em virtude da alienação mencionada, a receita de prêmios emitidos reduziu 93,6% na comparação com 2019, somando R\$225,4 milhões. Os sinistros ocorridos totalizaram R\$203,7 milhões, 90,5% abaixo do número apresentado no mesmo período do ano anterior. Os custos

de aquisição totalizaram R\$60,4 milhões, 91,6% menores na comparação com o ano anterior. O lucro líquido no ano alcançou R\$424,4 milhões, apresentando uma redução de 54,7% em relação a 2019. **4. Reorganizações societárias:** Em 23 de agosto de 2019, a controladora Sul América S.A. ("SASA") divulgou fato relevante por meio do qual informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou contrato para a venda das operações de automóveis e massificados da Companhia. Em 30 de outubro de 2019, a SUSEP previamente aprovou reorganização societária para a alienação da carteira de automóveis e massificados, englobando a cisão da Companhia, além da criação de uma nova seguradora. Em 10 de janeiro de 2020, a SUSEP publicou portaria em que comunicava a criação da seguradora denominada Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. Em 31 de março de 2020, foi aprovada pela SUSEP a cisão parcial da Companhia e a incorporação da parcela cindida pela Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. **5. Investimentos:** Em 31/12/2020, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAUDE) no montante de R\$4.416,4 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **7. Distribuição do resultado:**

(R\$ milhões)	2020	2019
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>397,5</b>	<b>915,1</b>
(-) Impostos e contribuições	24,1	46,4
(-) Participações	2,8	(24,2)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>424,4</b>	<b>937,3</b>
(-) Outros ajustes	(0,1)	-
<b>Lucro líquido do exercício após ajustes</b>	<b>424,4</b>	<b>937,3</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(21,2)	(46,9)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>403,1</b>	<b>890,4</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>100,8</b>	<b>222,6</b>
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>100,8</b>	<b>222,6</b>
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	100,8	32,8
(-) Dividendos antecipados não imputados nos dividendos obrigatórios	18,2	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	17,0	189,8
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	-	48,2
Bruto	20,0	280,0
Imposto de renda	(3,0)	(42,0)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Destinação:</b>		
Constituição de reserva estatutária	264,1	577,6

**8. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021.  
**A ADMINISTRAÇÃO.**

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>	-	<b>228.330</b>	<b>3.263.674</b>	<b>Passivo circulante</b>	-	<b>107.077</b>	<b>2.839.087</b>
Disponível	-	2.287	21.672	Contas a pagar	-	67.598	383.885
Caixa e bancos	-	2.287	21.672	Obrigações a pagar	15,1	28.103	241.618
Aplicações	6,1	145.518	1.582.756	Impostos e encargos sociais a recolher	-	2.369	85.991
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	-	<b>33</b>	<b>1.032.622</b>	Encargos trabalhistas	-	385	18.208
Prêmios a receber	7,1	-	1.026.222	Empréstimos e financiamentos	-	-	556
Operações com seguradoras	-	-	5.566	Impostos e contribuições	-	1.828	6.401
Operações com resseguradoras	8,1	33	834	Outras contas a pagar	15,2	34.913	31.111
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>10</b>	<b>38.987</b>	<b>81.183</b>	<b>Operações com resseguradoras</b>	<b>-</b>	<b>16.967</b>	<b>105.681</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>8,2</b>	<b>6.292</b>	<b>10.622</b>	Prêmios a restituir	-	-	4.499
Títulos e créditos a receber	-	34.695	103.787	Operações com seguradoras	-	12.002	10.196
Títulos e créditos a receber	-	8.702	44.182	Operações com resseguradoras	8,1	456	2.777
Créditos tributários e previdenciários	9,1	25.685	30.397	Corretores de seguros e resseguros	16,1	-	74.220
Outros créditos	20,1	308	29.208	Outros débitos operacionais	-	4.509	13.989
<b>Outros valores e bens</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>62.128</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>6.738</b>
Bens a venda	-	-	42.575	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>-</b>	<b>17.360</b>	<b>2.328.966</b>
Outros valores	-	-	19.553	Danos	18,1	17.204	2.327.237
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>-</b>	<b>518</b>	<b>14.459</b>	Pessoas	18,1	156	1.729
<b>Custos de aquisições diferidos</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>354.445</b>	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>5.152</b>	<b>6.345</b>
Seguros	-	-	354.445	Provisões judiciais	21,2	5.152	6.345
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>7.067.496</b>	<b>6.868.489</b>	<b>Débitos diversos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.472</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>2.649.972</b>	<b>2.445.550</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>637.657</b>	<b>864.678</b>
Aplicações	6,1	-	7.994	Contas a pagar	-	394.175	377.932
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>125</b>	Obrigações a pagar	15,1	390.086	374.189
Prêmios a receber	7,1	-	1	Outras contas a pagar	15,2	4.089	3.743
Operações com resseguradoras	8,1	22	124	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>-</b>	<b>3.476</b>	<b>212.042</b>
<b>Outros créditos operacionais</b>	<b>10</b>	<b>1.487.817</b>	<b>1.264.167</b>	Danos	18,1	3.387	211.598
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>8,2</b>	<b>118</b>	<b>2.018</b>	Pessoas	18,1	89	444
Títulos e créditos a receber	-	1.162.015	1.166.591	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>240.006</b>	<b>269.101</b>
Títulos e créditos a receber	-	-	701	Provisões judiciais	21,2	240.006	269.101
Créditos tributários e previdenciários	9,1	276.459	278.550	<b>Débitos diversos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.603</b>
Depósitos judiciais e fiscais	21,1	844.774	886.531	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>6.551.092</b>	<b>6.428.398</b>
Outros créditos operacionais	20,1	40.782	809	Capital social	22,1	3.731.043	2.612.726
<b>Outros valores e bens</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>3.096</b>	Aumento de capital em aprovação	-	-	626.222
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>213</b>	Reservas de capital	-	(44.455)	(24.955)
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>1.346</b>	Reservas de lucros	-	2.898.072	3.211.359
Seguros	-	-	1.346	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(33.568)	3.046
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>4.417.485</b>	<b>4.334.138</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>7.295.826</b>	<b>10.132.163</b>
Participações societárias	13	4.416.415	4.333.109				
Imóveis destinados a renda	-	616	653				
Outros investimentos	-	454	376				
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>10.856</b>				
Imóveis de uso próprio	-	39	39				
Bens móveis	-	-	6.659				
Outras imobilizações	-	-	4.158				
<b>Intangível</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>77.945</b>				
Outros intangíveis	-	-	77.945				
<b>Total do ativo</b>	<b>-</b>	<b>7.295.826</b>	<b>10.132.163</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Notas	2020	2019
<b>Prêmios emitidos</b>	-	<b>225.415</b>	<b>3.520.553</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	-	<b>69.203</b>	<b>63.680</b>
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>23,1</b>	<b>294.618</b>	<b>3.584.233</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>23,2</b>	<b>(203.658)</b>	<b>(2.142.938)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>23,3</b>	<b>(60.423)</b>	<b>(718.265)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>23,4</b>	<b>(26.452)</b>	<b>(128.215)</b>
<b>Resultado com operações de resseguro</b>	<b>23,5</b>	<b>(1.780)</b>	<b>(2.642)</b>
Operações com resseguradoras	-	(975)	4.518
Despesa com resseguro	-	(777)	(7.045)
Outros resultados com resseguro	-	(28)	(115)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>23,6</b>	<b>(196.120)</b>	<b>(594.089)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>23,7</b>	<b>(26.005)</b>	<b>(76.154)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>23,8</b>	<b>22.774</b>	<b>166.446</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>13</b>	<b>602.621</b>	<b>826.721</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>-</b>	<b>405.575</b>	<b>915.097</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	<b>-</b>	<b>(8.058)</b>	<b>37</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>-</b>	<b>397.517</b>	<b>915.134</b>
Imposto de renda	23,9	15.367	28.700
Contribuição social	23,9	8.735	17.661
Participações sobre o resultado	-	2.815	(24.181)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>424.434</b>	<b>937.314</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>-</b>	<b>543</b>	<b>514</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>	<b>-</b>	<b>781,65</b>	<b>1.823,57</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>424.434</b>	<b>937.314</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) atuariais, líquidas de ganhos, não realizadas com plano de pensão de benefício definido	24	12.277	(6.045)
Efeitos fiscais	24	(4.911)	2.419
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	24	(14.768)	10.954
Efeitos fiscais	24	5.907	(4.382)
Ganhos de variação de participação acionária	13	4.670	544
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	13	(39.789)	(3.006)
<b>Componentes do resultado abrangente</b>	<b>-</b>	<b>(36.614)</b>	<b>484</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>387.820</b>	<b>937.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

Descrição	2020	2019
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>424.434</b>	<b>937.314</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	8.881	25.960
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	-	(355)
Resultado de equivalência patrimonial	(601.851)	(819.183)
Outros ajustes	13.281	(5.627)
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(76.199)	153.278
Créditos das operações de seguros e resseguros	47.108	(117.180)
Ativos de resseguro	1.298	5.439
Créditos fiscais e previdenciários	6.803	(14.238)
Depósitos judiciais e fiscais	57.055	31.880
Despesas antecipadas	10.728	(2.369)
Custos de aquisição diferidos	14.984	1.873
Outros ativos	(262.424)	(282.948)
Outras contas a pagar	(76.578)	(51.830)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(12.522)	1.022
Depósitos de terceiros	(1.129)	(1.224)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(57.282)	(102.347)
Provisões judiciais	(43.047)	(41.659)
Outros passivos	14.352	(7.472)
<b>Caixa consumido pelas operações</b>	<b>(532.108)</b>	<b>(289.666)</b>
Juros pagos	(82)	(89)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	428.338	257.369
Impostos sobre o lucro pagos	(5.355)	(13.228)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(109.207)</b>	<b>(45.614)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Recebimento pela venda:</b>		
Imobilizado	550	528
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	(13)	(2.971)
Intangível	(1.128)	(20.916)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(591)</b>	<b>(23.359)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	210.078	150.116
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(119.007)	(83.992)
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(658)	(551)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>90.413</b>	<b>65.573</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(19.385)</b>	<b>(3.400)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>21.672</b>	<b>25.072</b>

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reserva Legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2019</b>	<b>2.612.726</b>	<b>-</b>	<b>(24.955)</b>	<b>37.559</b>	<b>2.749.335</b>	<b>2.786.894</b>	<b>2.562</b>	<b>-</b>	<b>5.377.227</b>
Aumento de Capital com JCP no montante de R\$227.911 e dinheiro no montante de R\$527, conforme ata do dia 28/03/2019, à razão de R\$11.421.894,57 por ação.	-	228.438	-	-	-	-	-	-	228.438
Aumento de capital com total reserva legal e parte da reserva de expansão dos negócios sociais, conforme AGE do dia 28/03/2019.	-	200.000	-	(37.559)	(162.441)	(200.000)	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro conforme AGE de 26/04/2019.	-	149.589	-	-	-	-	-	-	149.589
Aumento de capital com JCP, conforme AGE do dia 26/09/2019 no montante de R\$23.999 à razão de R\$11.999.585,02 (em reais) por ação.	-	23.999	-	-	-	-	-	-	23.999
Aumento de capital com JCP, conforme AGE do dia 27/12/2019 no montante de R\$24.196 à razão de R\$12.098.238,40 (em reais) por ação.	-	24.196	-	-	-	-	-	-	24.196
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	484	-	484
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>937.314</b>	<b>937.314</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>									
Reserva legal	-	-	-	46.866	-	46.866	-	(46.866)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	577.599	577.599	-	(577.599)	-
Dividendos obrigatórios intercalares pagos, sendo R\$864.158,07 (em reais) por ação, conforme RCA re ratificada do dia 11/11/2019	-	-	-	-	-	-	-	(32.849)	(32.849)
JCP deliberado, conforme ata do dia 25/03/2019 no montante de R\$85.000 à razão de R\$178.19706 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(85.000)	(85.000)
JCP deliberado, conforme ata do dia 26/06/2019 no montante de R\$80.000 à razão de R\$156.862,74 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)
JCP deliberado, conforme ata do dia 26/09/2019 no montante de R\$75.000 à razão de R\$147.058,82 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)
JCP deliberado, conforme ata do dia 13/12/2019 no montante de R\$40.000 à razão de R\$78.125,00 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(40.000)	(40.000)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>2.612.726</b>	<b>626.222</b>	<b>(24.955)</b>	<b>46.866</b>	<b>3.164.493</b>	<b>3.211.359</b>	<b>3.046</b>	<b>-</b>	<b>6.428.398</b>
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 167 aprovada no dia 09/01/2020.	428.438	(428.438)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 168 aprovada no dia 09/01/2020.	149.589	(149.589)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 176 aprovada no dia 10/01/2020.	23.999	(23.999)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 205 aprovada no dia 04/02/2020.	24.196	(24.196)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com parte da reserva de expansão dos negócios sociais, conforme AGE do dia 26/03/2020.	-	598.633	-	-	(598.633)	(598.633)	-	-	-
Aumento de capital com JCP no montante de R\$140.250 e em dinheiro no montante de R\$9.616, conforme AGE do dia 26/03/2020, à razão de R\$12.488.831,48 por ação.	-	149.866	-	-	-	-	-	-	149.866
Redução de capital em decorrência da cisão parcial da Companhia, conforme AGE do dia 30/03/2020.	-	(456.866)	-	-	-	-	-	-	(456.866)
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$24.978, conforme AGE do dia 30/04/2020, à razão de R\$12.488.831,48 por ação.	-	24.978	-	-	-	-	-	-	24.978
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$69.067, conforme AGE do dia 19/05/2020, à razão de R\$11.511.224,36 por ação.	-	69.067	-	-	-	-	-	-	69.067
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$106.417, conforme AGE do dia 26/06/2020, à razão de R\$11.824.081,18 por ação.	-	106.417	-	-	-	-	-	-	106.417
Aprovação da redução de capital conforme Portaria Susep nº 18 aprovada no dia 29/06/2020.	(456.866)	456.866	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 382 aprovada no dia 02/07/2020.	748.499	(748.499)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 432 aprovada no dia 12/08/2020.	24.978	(24.978)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 513 aprovada no dia 09/09/2020.	69.067	(69.067)	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital conforme Portaria Susep nº 542 aprovada no dia 25/09/2020.	106.417	(106.417)	-	-	-	-	-	-	-
Deságio em transação de capital	-	-	(27.579)	-	-	-	-	-	(27.579)
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.079	-	-	-	(36.614)	-	(28.535)
<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(81)</b>	<b>(81)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>424.434</b>	<b>424.434</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>									
Reserva legal	-	-	-	21.218	-	21.218	-	(21.218)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	264.128	264.128	-	(264.128)	-
Dividendos obrigatórios intercalares pagos, sendo R\$219.166,06 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 26/11/2020.	-	-	-	-	-	-	-	(100.784)	(100.784)
Dividendos intercalares pagos, sendo R\$219.166,06 (em reais) por ação, conforme RCA do dia 26/11/2020.	-	-	-	-	-	-	-	(18.223)	(18.223)
JCP deliberado, conforme ata do dia 30/12/2020 no montante de R\$20.000 à razão de R\$36.832,41 (em reais) por ação.	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>3.731.043</b>	<b>-</b>	<b>(44.455)</b>	<b>68.084</b>	<b>2.829.988</b>	<b>2.898.072</b>	<b>(33.568)</b>	<b>-</b>	<b>6.551.092</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, Cidade Nova, na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de danos (automóveis, massificados e habitacional) e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A. (SASA) com 46,62% de participação direta e 53,38% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR). A SASA tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 52,05% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 26,57% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 25/02/2021, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

**1.1. Alienação da carteira de Auto e Ramos Elementares:** Em 23 de agosto de 2019, a controladora SASA divulgou aos seus acionistas e o mercado em geral que celebrou contrato para a venda das suas operações de automóveis e outros ramos elementares da Companhia, pelo valor de R\$3 bilhões, com base em um patrimônio líquido de R\$700 milhões, em uma recém-formada companhia que será estruturada para o propósito da transação, sujeitos a mecanismo de ajustes de preço comuns em transações similares. Em 23 de outubro de 2019, foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a venda da operação de automóveis e ramos elementares, permanecendo ainda pendente de conclusão as demais condições previstas no contrato, como a criação de uma seguradora independente, a aprovação prévia da SUSEP, entre outras. Em 30 de outubro de 2019 a SUSEP previamente autorizou a reorganização societária estruturada para alienação da carteira de automóveis e outros ramos elementares que engloba: (i) a transformação da Sul América Participações e Investimentos S.A. (SAPI) em uma seguradora (nova seguradora), (ii) a cisão da Companhia e (iii) a transferência do acervo líquido da cisão da Companhia para a Sul América Participações e Investimentos (nova seguradora). Em 10 de janeiro de 2020 a SUSEP publicou a portaria de homologação do ato societário de transformação da SAPI em seguradora e de alteração da sua razão social para Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. (SASAM). Em 31 de março de 2020 foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com incorporação da parcela cindida pela SASAM conforme apresentado abaixo:

Ativo	2020	2019
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.951.827</b>	<b>2.951.827</b>
Disponível	-	-
Aplicações	1.513.389	1.513.389
Créditos das operações com seguros e resseguros	985.552	985.552
Ativos de resseguro e retrocessão	3.267	3.267
Títulos e créditos a receber	39.654	39.654
Outros valores e bens	67.083	67.083
Despesas antecipadas	3.426	3.426
Custos de aquisições diferidos	339.456	339.456
<b>Ativo não circulante</b>	<b>169.352</b>	<b>169.352</b>
Realizável a longo prazo	102.561	102.561
Aplicações	8.069	8.069
Créditos das operações com seguros e resseguros	32	32
Ativos de resseguro e retrocessão	1.665	1.665
Títulos e créditos a receber	88.384	88.384
Outros valores e bens	3.060	3.060
Custos de aquisições diferidos	1.351	1.351
Imobilizado	1.874	1.874
Intangível	64.917	64.917
<b>Total</b>	<b>3.121.179</b>	<b>3.121.179</b>
<b>Passivo</b>	<b>2.437.134</b>	<b>2.437.134</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>2.437.134</b>	<b>2.437.134</b>
Contas a pagar	92.073	92.073
Operações com resseguradoras	76.193	76.193
Depósitos de terceiros	5.609	5.609
Provisões técnicas - seguros	2.252.549	2.252.549
Outros débitos	10.710	10.710
<b>Passivo não circulante</b>	<b>227.179</b>	<b>227.179</b>
Contas a pagar	121	121
Provisões técnicas - seguros	210.341	210.341
Outros débitos	16.717	16.717
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>456.866</b>	<b>456.866</b>
<b>Total</b>	<b>3.121.179</b>	<b>3.121.179</b>

**1.2. Análise de impactos trazidos pela COVID-19:** A Companhia, durante todo o ano de 2020, acompanhou e segue acompanhando a evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, e vem atuando junto a seus colaboradores, clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores para buscar minimizar os impactos para a sociedade. Praticamente toda a equipe da Companhia, incluindo executivos, gestores e demais funcionários, segue trabalhando em regime domiciliar, com todos os processos operacionais em pleno funcionamento. Adicionalmente, a Companhia segue evoluindo no desenho de seu plano de retomada, monitorando de perto o cenário em todas as regiões e seguindo as recomendações de especialistas em saúde e segurança para planejar com cautela a retomada às estruturas físicas da Companhia. A proliferação da COVID-19 no Brasil, após sinais de retração no terceiro trimestre, voltou a apresentar uma curva de crescimento no quarto trimestre de 2020, continuando sua evolução incerta e dependente das ações das entidades governamentais e da população de cada região. Considerando a manutenção do cenário de incerteza, em relação ao impacto e duração da pandemia, o foco da Companhia permanece na manutenção do atendimento de qualidade a todos os seus beneficiários, corretores, colaboradores e prestadores. A Companhia mantém o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e vem adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente. Com o mesmo intuito, a Companhia adotou os seguintes benefícios oferecidos pelo Governo Federal em 2020: a) Postergação dos vencimentos das competências de março, abril e maio relativas tanto às contribuições sociais destinadas ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), assim como das contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), parcela empresa, de que trata o art. nº 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ambas em estrita obediência ao disposto pela Portaria ME nº 139/2020, alterada pela Portaria nº 150/2020, das quais foram recolhidas em agosto as vencidas em março, e as de competência de abril e maio, recolhidas nos meses outubro e novembro, respectivamente. b) Postergação dos vencimentos dos depósitos referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Contribuição (FGTS) de titularidade dos colaboradores da Sul América relativos às competências de março, abril e maio, conforme estabelecido pela MP nº 927 de 22 de março de 2020, que foram realizados em 6 parcelas fixas com vencimento no dia 07 de cada mês, tendo iniciado em julho de

2020 e com término em dezembro de 2020. c) Redução das alíquotas das contribuições destinadas aos serviços sociais autônomos, coloquialmente veiculados como "Sistema S" para o período compreendido entre os meses de abril a junho de 2020, conforme permitido pela MP nº 932, de 31 de março de 2020. No ano de 2020, os resultados financeiros da Companhia foram impactados por conta da política de redução da taxa básica de juros da economia pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que reduziu a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) em 2,5 p.p no período objetivando, principalmente, mitigar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19. Outro ponto a destacar refere-se às perdas financeiras não realizadas nos fundos de renda fixa, em função da marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Estes ativos sofreram redução em seu valor justo em função da baixa demanda por ativos indexados à SELIC, especialmente no período de setembro a novembro, porém desde então os preços destes ativos vêm se recuperando gradualmente. A Companhia manteve adequada sua gestão de liquidez durante todo o ano de 2020, o que possibilitou a manutenção dos ativos de renda variável e das LFTs no seu portfólio, se beneficiando assim da recuperação dos preços destes ativos observada no final do ano. A volatilidade do período continua sendo monitorada e administrada pelas métricas de risco utilizadas pela Companhia. A administração se mantém focada na gestão do resultado financeiro por meio de escolha criteriosa de seus investimentos e diversificação de seu portfólio. No segmento de Saúde e Odontologia, linha de negócios da investida direta Sul América Companhia de Seguro Saúde S.A. (CIA SAÚDE) e indireta Sul América Odontológico S.A. (SulaOdonto), mesmo considerando o cenário econômico mais desafiador no contexto da pandemia, as investidas apresentaram crescimento em prêmios emitidos e número de beneficiários, ainda que em patamar inferior ao ano anterior. Em particular, o quarto trimestre já apresentou uma recuperação significativa nos índices de cancelamento, se aproximando aos níveis de normalidade do período pré-pandemia. A sinistralidade de Saúde e Odontologia fechou o ano de 2020 abaixo do período anterior em 2,0 p.p., influenciada principalmente pela forte queda na frequência média para todos os procedimentos no segundo trimestre, mantendo-se ainda abaixo do patamar pré-pandemia no terceiro trimestre, mas já apresentando um crescimento nas frequências dos procedimentos eletivos (internações, consultas e exames), e também em ritmo menos acelerado, para os procedimentos de pronto socorro e internações de urgência. No quarto trimestre, o crescimento nas frequências se intensificou, quando se aproximaram aos níveis normais pré-pandemia. Por outro lado, o atendimento aos segurados infectados pela COVID-19 traz alguns impactos em custos como evolução das internações por maior quantidade de dias, internações em unidades de terapia intensiva, inclusão de exames extras no rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e maior necessidade de EPIs. Tais impactos vinham apresentando queda nas investidas do segmento de saúde no terceiro trimestre e voltaram a crescer, principalmente em dezembro de 2020, em função da 2ª onda da pandemia. Na investida indireta Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (SULASEG), o ano de 2020 foi impactado principalmente pela redução de 26,7% nas emissões de seguro viagem, em função das restrições de locomoção trazidas pela atual situação de pandemia. Adicionalmente, no segundo trimestre, a investida decidiu cobrir sinistros de morte decorrentes da COVID-19. Em função de tal decisão, até 31 de dezembro de 2020, foram regulados 861 sinistros potencialmente vinculados à morte por COVID-19 que representam R\$36,3 milhões de impacto em despesas de sinistros, cuja recuperação potencial por meio de resseguro é de aproximadamente R\$6,8 milhões. A Companhia continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos. Como uma empresa especializada em gestão de risco a Companhia vem usando toda a sua experiência para minimizar possíveis impactos e continuar cuidando das pessoas com a mesma qualidade pela qual é reconhecida. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referenciados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015, e alterações posteriores. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/02/2021. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas, reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Os juros cobrados do segurado, em caso de prêmios pagos a prazo são denominados como adicional de fracionamento e são apropriados ao resultado financeiro ao longo do prazo de parcelamento acordado, sendo registrados contabilmente dentro do regime de competência; As comissões e agenciamento de seguros registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". • As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses). As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). 3.1.2. **Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda

funcional pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensurados a valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. 3.2.2. **Disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. **Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Bens à venda:** Os ativos que são mantidos à venda, decorrente de um evento de sinistro, são denominados de salvados. Esses ativos são transferidos para a Companhia quando os segurados são indenizados e quando ocorrem efetivamente as recuperações dos ativos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e são apresentados no ativo circulante. Os bens salvados que ainda não estão disponíveis para venda são mantidos no ativo não circulante, conforme normativo da SUSEP. 3.4. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. 3.5. **Intangíveis:** 3.5.1. **Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.6. **Participações societárias:** Participações societárias são reconhecidas inicialmente em investimentos pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e as seguintes considerações: • As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio na aquisição de ações de controlada de não controladores (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. 3.7. **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.8. **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 8 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.9. **Provisões técnicas de contratos de seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: 3.9.1. **Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Para os contratos de seguros de danos e de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.9.2. **Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Para os contratos de seguro de danos, é calculada a partir de um fator esperado de atraso, determinado semestralmente, com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e a PPNG registrada. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG registrada. 3.9.3. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

despendidos com processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,71% ao ano (10,74% em 2019), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou SELIC e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.9.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, sobre a experiência histórica da Companhia. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade quanto por montante de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos, buscando uma metodologia melhor adaptável. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional, podendo ser positivo ou negativo, referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso, com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistros obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica dos últimos 16 semestres, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de Danos e Pessoas a provisão de IBNR Judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. **3.9.5. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocadas a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. **3.10. Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test – LAT):** A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. O teste não se aplica aos contratos e certificados relativos ao ramo de Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SH/SFH). As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista foi trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco prefixada. O resultado do teste foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. Não foram evidenciadas insuficiências no teste de adequação, não sendo assim contabilizada a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Se utilizada a ETTJ apurada pela SUSEP, o teste de adequação de passivos também apontaria a adequação das provisões, e portanto não haveria necessidade de constituição da PCC. **3.11. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constituiu provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizadas pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.11.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial civil seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,71% ao ano (10,74% em 2019). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza civil não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não

**4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra-se especificamente na região sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2020, a Companhia registrou um total de prêmios emitidos de R\$225.415 (R\$3.520.553 em 2019). A redução significativa dos prêmios emitidos se justifica pelo processo de cisão das operações da companhia, para o período de exposição. Com isso, serão apresentadas apenas as distribuições regionais para o exercício de 2019.

Ramos	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sul	Total
Automóvel	59,66%	2,66%	12,92%	5,73%	19,03%	100,00%
Condominial	56,77%	1,77%	12,57%	9,65%	19,24%	100,00%
Empresarial	54,22%	1,25%	9,17%	3,85%	31,51%	100,00%
Patrimonial demais	61,08%	2,63%	13,86%	5,64%	16,79%	100,00%
Residencial	36,97%	0,70%	6,46%	2,77%	53,10%	100,00%
Vida em grupo	57,79%	0,99%	14,21%	2,77%	24,24%	100,00%
Outros	58,10%	1,87%	19,74%	4,47%	15,82%	100,00%

**4.2. Riscos de subscrição:** O risco de subscrição oriundos das premissas adotadas na precificação é imaterial devido à inexistência de operações ativas na Companhia. Para o risco de inadequação de provisões técnicas constituídas, há exposição apenas para as oriundas da insuficiência em provisões judiciais e administrativas. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.2.1. Risco de precificação: Análise de sensibilidade em danos:** A Companhia não possui mais operações ativas em 31/12/2020, conforme conclusão da alienação da carteira auto e ramos elementares (vide nota 1.1). Sendo assim, não está sujeita aos possíveis impactos nas variações das despesas administrativas e custo de aquisição.

Premissas	2019		2019		2019		2019	
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
Aumento de 5% na sinistralidade	(106.524)	(63.915)	(106.331)	(63.799)	(186)	(112)	(504)	(302)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(24.742)	(14.845)	(24.742)	(14.845)	(989)	(594)	(989)	(594)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(38.511)	(23.107)	(38.511)	(23.107)	(66)	(40)	(66)	(40)
Redução de 5% na sinistralidade	106.524	63.915	106.331	63.799	186	112	504	302
Redução de 5% nas despesas administrativas	24.742	14.845	24.742	14.845	989	594	989	594
Redução de 5% nos custos de comercialização	38.511	23.107	38.511	23.107	66	40	66	40

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.11.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Contas a pagar". Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.12. Benefício pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.13. Plano de incentivos baseado em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito à bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 19.2). **3.14. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.15. Classificação dos contratos:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. **3.16. Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para saldos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) referente ao SH/SFH, na rubrica "Outros créditos operacionais", a segregação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa de recebimento destes saldos, tomando como base para o reconhecimento no ativo circulante o montante de processos protocolados que atendem aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 448/2019 editada pelo CFCFVS, e que a Companhia tem a expectativa de recebimento em até doze meses. As provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso da conta de "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. Já para a conta de "Salvados e ressarcimentos", alguns itens são classificados no não circulante pelo fato de ainda não estarem aptos à venda. Sendo assim, os salvados que podem ser vendidos imediatamente, são classificados no ativo circulante. **3.17. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Créditos e débitos tributários e previdenciários (nota 9); • Outros créditos operacionais (nota 10); • Custos de aquisição diferidos (nota 12); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 18); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 21.2). **3.18. Normas emitidas e revisadas: 3.18.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela SUSEP. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios); • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8); • Alteração da estrutura conceitual; e • Concessões de aluguel relacionado à COVID-19 (Alteração ao IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/06/2020. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2020 e não**

**adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, em relação a essa norma a Administração está avaliando os impactos; e • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil. Em vigor para empresas reguladas pela SUSEP a partir de 04/01/2021, o modelo exige que os ativos de direito de uso sejam reconhecidos inicialmente na rubrica ativos de arrendamento, no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica contas a pagar circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com a vigência dos contratos, reconhecidos nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). A Companhia está em fase final da avaliação dos valores que serão reconhecidos na data inicial de vigência da norma para empresas reguladas pela SUSEP. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações à IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos Onerosos – Custo de Cumprir um Contrato (Alterações à IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a SUSEP, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela SUSEP. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos e controles:** Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

	R\$ milhões									
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Provisão de sinistros contabilizada	614,55	519,00	660,89	724,84	548,03	466,67	417,25	380,06	379,25	6,18
Efeito do desconto financeiro	(22,60)	(15,24)	(16,75)	(18,50)	(7,72)	(6,93)	(6,28)	(4,82)	(4,27)	-
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52	6,18
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	637,15	534,25	677,63	743,34	555,75	473,60	423,54	384,88	383,52	6,18
Um ano depois	576,68	537,98	637,03	669,58	574,08	457,57	377,06	363,19	403,21	-
Dois anos depois	633,16	554,72	644,10	705,52	572,67	434,98	366,35	359,84	-	-
Três anos depois	630,20	570,67	696,20	719,68	559,61	417,01	366,49	-	-	-
Quatro anos depois	621,72	586,42	713,19	714,95	545,86	420,01	-	-	-	-
Cinco anos depois	663,68	607,07	711,74	686,71	551,20	-	-	-	-	-
Seis anos depois	686,80	608,12	683,42	710,24	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	687,86	586,20	709,81	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	669,85	605,90	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	686,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2020	686,14	605,90	709,81	710,24	551,20	420,01	366,49	359,84	403,21	6,18
Pagamentos já realizados até 31/12/2020	679,95	599,71	703,62	704,05	542,62	405,66	342,24	322,95	175,97	-
Operações transferidas em cisão parcial (a)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(2,40)	(8,17)	(18,07)	(30,71)	(221,06)	-
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2020	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. A evolução de sinistros administrativos não considera valores de ULAE e retrocessão que, em 31/12/2020, é zero (R\$5,8 milhões em 2019) de ULAE e R\$8,8 milhões (R\$7,3 milhões em 2019), respectivamente. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela anterior. • **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados com a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

	R\$ milhões									
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Provisão de sinistros contabilizada	402,78	321,06	332,97	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	402,78	321,06	332,97	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81
Estimativa de sinistros acumulada:										
No final do ano	402,78	321,06	332,97	364,03	183,19	210,19	218,24	276,11	262,17	4,81
Um ano depois	367,97	345,15	378,40	408,79	254,30	245,15	292,70	313,62	265,06	-
Dois anos depois	395,53	381,26	419,59	480,59	285,93	310,11	325,72	318,56	-	-
Três anos depois	435,24	406,90	450,54	507,43	336,36	341,33	330,52	-	-	-
Quatro anos depois	455,48	446,05	477,69	559,39	360,30	346,00	-	-	-	-
Cinco anos depois	510,36	468,12	517,37	591,27	364,30	-	-	-	-	-
Seis anos depois	533,15	503,31	551,86	593,50	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	561,38	538,02	553,84	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	590,80	539,93	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	604,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2020	604,82	539,93	553,84	593,50	364,30	346,00	330,52	318,56	265,06	4,81
Pagamentos já realizados até 31/12/2020	361,19	298,28	288,28	313,56	240,29	194,45	145,28	92,00	2,25	-
Operações transferidas em cisão parcial (a) (b)	(239,02)	(237,01)</								

continuação

### Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1; e (b) O valor da cisão parcial referente à operação da venda da carteira para a Allianz é de R\$260,4 milhões, na data-base 31/01/2020. A evolução de sinistros judiciais representa os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2020, R\$1,1 milhões (R\$77,6 milhões em 2019) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base dessas demonstrações financeiras. 4.3. **Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites

de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 6.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2020 e 2019: **Alocação dos investimentos por indexador:**

Indexador	2020	2019
SELIC/CDI	142.422	1.307.914
IPCA	-	247.428
Outros	-	32.762
<b>Total</b>	<b>142.422</b>	<b>1.588.104</b>

O portfólio apresentado em 2020 já desconsidera o saldo de aplicações financeiras relacionadas às operações de auto e ramos elementares, que foram transferidas para a SASAM, conforme nota 1.1. Este impacto será observado também nas demais notas relacionadas às aplicações financeiras. 4.3.2. **Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2020 e 2019.

Descrição	2020							Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Sem vencimento	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado				
<b>Instrumentos financeiros</b>											
Aplicações financeiras	113.489	5.003	-	23.893	-	-	142.385	142.422	37	142.422	
Valor justo por meio do resultado	113.489	-	-	-	-	-	113.489	113.489	-	113.489	
Disponível para venda	-	5.003	-	23.893	-	-	28.896	28.933	37	28.933	
<b>Refinanciamento fiscal - REFS</b>											
REFS	-	4.043	11.149	-	-	-	15.192	-	-	15.192	
<b>Seguros e resseguros</b>											
Provisões técnicas	-	11.068	15	180	1.989	1.174	-	-	-	14.426	
Ativos de resseguros	-	6.292	1	6	72	39	-	-	-	6.410	
Passivos de Seguros	-	17.360	16	186	2.061	1.213	-	-	-	20.836	

Descrição	2020							Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Sem vencimento	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado				
<b>Instrumentos financeiros</b>											
Aplicações financeiras	114.130	179.267	350.372	709.262	208.432	11.365	1.572.828	1.589.333	16.505	1.588.104	
Valor justo por meio do resultado	114.130	23.849	12.175	33.950	1.449	77	185.630	186.102	472	186.102	
Disponível para venda	-	155.418	338.197	667.327	206.983	11.288	1.379.213	1.394.017	14.804	1.394.017	
Mantido até o vencimento	-	-	-	7.985	-	-	7.985	9.214	1.229	7.985	
<b>Prêmios a receber (a)</b>											
REFS	-	982.873	-	-	-	-	982.873	-	-	982.873	
<b>Refinanciamento fiscal - REFS</b>											
REFS	-	14.785	-	-	-	-	14.785	-	-	14.785	
<b>Seguros e resseguros</b>											
Provisões técnicas	-	2.318.344	12.155	46.825	81.022	70.022	-	-	-	2.528.368	
Ativos de resseguros	-	10.622	662	582	415	359	-	-	-	12.640	
Passivos de resseguros	-	2.328.966	12.817	47.407	81.437	70.381	-	-	-	2.541.008	

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar de a distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. 4.4. **Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados da Companhia caso os emissores de créditos não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. 4.4.1. **Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2020 100,00% (88,21% em 2019) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas do mercado.

Descrição	2020	2019
Renda fixa pública "risco soberano"	142.422	1.341.616
AAA	-	59.237
AA+ até AA-	-	154.526
Outros	-	32.725
<b>Total</b>	<b>144.442</b>	<b>1.588.104</b>

4.4.2. **Contratos de resseguro:** A SulAmérica segue os critérios de cálculo de exposição estabelecidos pela SUSEP, de modo que os valores referem-se a: parcelas de prêmio de riscos não decorridos, valores a recuperar de resseguro referentes a sinistros já ocorridos já pagos ao segurado e a valores a pagar referentes a expectativa de pagamento dos sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base nas respectivas provisões técnicas já constituídas líquidas dos respectivos valores de recuperação a valor recuperável.

Ramos	2020	2019
Massificados	-	6.256
Patrimonial demais ramos	6.464	7.232
Vida em grupo	-	99
<b>Total</b>	<b>6.464</b>	<b>13.587</b>

Classe	Categoria de risco	2020		2019	
		Exposição	%	Exposição	%
Local	Level 1	-	0,00%	892	6,57%
Local	Level 2	6.464	100,00%	8.314	61,19%
Local	Level 3	-	0,00%	73	0,54%
Admitida	Level 1	-	0,00%	1.261	9,28%
Admitida	Level 2	-	0,00%	2.953	21,73%
Eventual	Level 2	-	0,00%	94	0,69%
<b>Total</b>		<b>6.464</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.587</b>	<b>100,00%</b>

A Companhia não possui contratos de resseguro vigentes. Os valores apresentados no exercício atual referem-se a exposições com sinistros de operações que não estão mais ativas. A redução significativa das exposições apresentadas se justifica pelo processo de cisão das operações da Companhia. Em 31/12/2020, adicionalmente aos valores informados na tabela anterior, há R\$60.998 (R\$54.916 em 2019) em exposição com resseguradores referente a sinistros judiciais não ordinários (casos especiais)

que em função da probabilidade de êxito "possível" destas ações judiciais, não foram contabilizados conforme orientação normativa. 4.5. **Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. Em 2018, foi criada a área de Controles Internos com o objetivo de dar suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica e os controles materiais e relevantes têm sua eficácia testada podendo gerar planos de ação nos casos em que a Companhia julgue necessário. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação de mitigadores (risco inerente) e após a ação dos mitigadores (risco residual), levando em consideração a frequência, a severidade e mitigadores dos riscos identificados. 4.6. **Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. 4.6.1. **Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago caso a causa fosse perdida (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. A evolução da provisão de sinistros judiciais pode ser observada na nota 4.2.2. 4.6.2. **Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações às leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. 4.7. **Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do PLA em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2020 e 2019, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em

relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado no período.

Descrição	2020	2019
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>6.551.092</b>	<b>6.428.398</b>
<b>Deduções:</b>		
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(4.416.415)	(4.333.109)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(518)	(14.672)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do Capital Mínimo Requerido	(266.111)	(179.679)
Ativos intangíveis	-	(77.945)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	-	(15.061)
<b>Ajustes Econômicos</b>	<b>-</b>	<b>12.075</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)</b>	<b>1.868.048</b>	<b>1.820.007</b>
<b>Capital base (b)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Capital de risco (c)</b>	<b>167.181</b>	<b>700.203</b>
<b>Capital de risco de subscrição (d)</b>	<b>683</b>	<b>567.153</b>
<b>Capital de risco operacional (e)</b>	<b>84</b>	<b>23.965</b>
<b>Capital de risco de crédito (f)</b>	<b>151.309</b>	<b>164.581</b>
<b>Capital de risco de mercado (g)</b>	<b>41.795</b>	<b>37.679</b>
<b>CMR = Maior entre capital base e capital de risco (h)</b>	<b>167.181</b>	<b>700.203</b>
<b>Suficiência de capital - R\$ (i) = (a) - (h) (*)</b>	<b>1.700.867</b>	<b>1.119.804</b>
<b>Suficiência de capital - % (j) = (i) / (a)</b>	<b>91,05%</b>	<b>61,53%</b>

(\*) A suficiência de capital em 31/12/2020, se utilizada ETTJ apurada pela SUSEP no cálculo do Risco de mercado, seria de R\$1.700.843 (R\$1.119.813 em 2019). Em 31/12/2020, a Companhia tem ativos livres no montante de R\$131.711 (R\$263.909 em 2019), que correspondem a 78,78% (37,69% em 2019) do capital mínimo requerido, superior ao limite de 20% estabelecido na Resolução CNSP nº 343/2016. 5. **Instrumentos financeiros derivativos:** 5.1. **Quadro resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos:** Conforme políticas de investimento e de alocação de recursos pré-definidas e aprovadas pela Administração, é permitida para a Companhia a contratação de operações com derivativos. A Companhia faz a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, podendo ser mantidos nos fundos de investimentos exclusivos, que têm por finalidade única a proteção à flutuação das taxas de juros e de câmbio. A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia está de acordo com as normas vigentes emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo CNSP. Estas normas dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos pela Companhia. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de Referência (nocial)		Valor a rece-ber / recebido		Valor a pagar / pago	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Contratos futuros:</b>							
<b>Compromisso de compra</b>							
Taxa de juros em reais	2023	-	9.100	-	7.426	-	-
Moeda estrangeira	2020	-	54.303	-	54.303	-	-
<b>Total</b>							

5.2. **Margens dadas em garantia:** Devido à inexistência de operações ativas, a Companhia, em 31/12/2020 não possui margens dadas em garantia das operações de contratos futuros mantidos em fundos de investimentos exclusivos sendo apresentada a composição de tais margens em 2019, conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	Setembro/2021	800	8.366
LFT	Março/2024	5	52
LFT	Setembro/2024	90	939
<b>Total</b>		<b>895</b>	<b>9.357</b>

LFT: Letras financeiras do tesouro. Não divulgamos análise de sensibilidade para os derivativos da Companhia, uma vez que o montante detido não é significativo dentro da carteira de aplicações financeiras, fazendo com que as variações de tais ativos não produzam impactos relevantes no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

**6. Aplicações:** 6.1. **Composição das aplicações:**

Descrição	2020				Taxa média de juros	Total
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda			
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado contábil		
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	-	-	28.896	28.933		28.933
Letras financeiras do tesouro	-	-	28.896	28.933	SELIC	28.933
<b>Títulos de renda variável</b>						
Ações	-	-	-	22		22
Valor recuperável	-	-	-	(22)		(22)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	113.489	113.489	-	-		113.489
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	113.489	113.489	-	-		113.489
<b>Subtotal</b>	<b>113.489</b>	<b>113.489</b>	<b>28.896</b>	<b>28.933</b>		<b>142.422</b>
<b>Percentual total contábil</b>		<b>79,69%</b>	<b>20,31%</b>			<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>						<b>3,096</b>
<b>Total</b>						<b>145.518</b>
<b>Circulante</b>						<b>145.518</b>

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa. 6.2. **Movimentação das aplicações:**

Descrição	2020		2019	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>211.173</b>	<b>1.515.455</b>	<b>7.696</b>	<b>1.734.324</b>
Aplicações	673.324	930.112	-	1.603.436
Rendimentos resgate	(4.825)	(65.211)	(450)	(70.486)
Principal resgate	(701.400)	(1.090.670)	-	(1.792.070)
Resultado financeiro	10.681	93.377	739	104.797
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(2.851)	-	-	(2.851)
Ajustes no patrimônio líquido	-	10.954	-	10.954
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>186.102</b>	<b>1.394.017</b>	<b>7.985</b>	<b>1.588.104</b>

Descrição	2020		2019	
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>186.102</b>	<b>1.394.017</b>	<b>7.985</b>	<b>1.588.104</b>
Aplicações	374.176	700.152	-	1.074.328
Rendimentos resgate	(791)	(6.297)	(232)	(7.320)
Principal resgate	(276.882)	(816.511)	-	(1.093.393)
Resultado financeiro	3.012	7.911	336	11.259
Ajustes no patrimônio líquido (b)	-	(1.331)	-	(1.331)
Cisão parcial (a)	(172.128)	(1.249.008)	(8.089)	(1.429.225)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>113.489</b>	<b>28.933</b>	<b>-</b>	<b>142.422</b>

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares,

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Valor avaliado pela curva / mercado contábil		Valor avaliado pela curva / mercado contábil		Taxa média de juros		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado contábil	Valor de mercado contábil	Valor de mercado contábil					

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

precificação de ativos; **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; e **Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Descrição	2020		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	113.489	113.489
Disponível para venda	28.933	-	28.933
<b>Total</b>	<b>28.933</b>	<b>113.489</b>	<b>142.422</b>

Descrição	2019		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Aplicações financeiras</b>			
Valor justo por meio do resultado	36.694	149.408	186.102
Disponível para venda	1.215.532	178.485	1.394.017
Mantido até o vencimento	9.214	-	9.214
<b>Total</b>	<b>1.261.440</b>	<b>327.893</b>	<b>1.589.333</b>

**7. Prêmios a receber:** 7.1. **Movimentação dos prêmios a receber:** Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito, bem como as operações de retrocessão. O parcelamento médio dos prêmios a receber registrado em 31/12/2019 foi de 6 meses influenciado pelo segmento de automóveis. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

Descrição	Redução ao valor recuperável			Total
	Prêmios	recuperável		
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>913.021</b>	<b>(10.053)</b>		<b>902.968</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	3.850.374	(894)		3.849.480
RVNE	1.863	-		1.863
Recebimentos/ reversão	(3.732.044)	3.956		(3.728.088)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.033.214</b>	<b>(6.991)</b>		<b>1.026.223</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.026.222</b>
<b>Não circulante</b>				<b>1</b>

Descrição	Redução ao valor recuperável			Total
	Prêmios	recuperável		
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.033.214</b>	<b>(6.991)</b>		<b>1.026.223</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamento/ constituição	253.751	(50)		253.701
RVNE	(7.053)	-		(7.053)
Recebimentos/ reversão	(296.225)	-		(296.225)
Cisão Parcial (a)	(983.687)	7.041		(976.646)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>-</b>
<b>Circulante</b>				<b>-</b>
<b>Não circulante</b>				<b>-</b>

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 7.2. **Prêmios a receber por vencimento:** Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	A vencer	Vencidos	A vencer	Vencidos
<b>A vencer</b>				
A vencer entre 01 e 30 dias	-	269.452	-	269.452
A vencer entre 31 e 60 dias	-	182.306	-	182.306
A vencer entre 61 e 180 dias	-	433.522	-	433.522
A vencer entre 181 e 365 dias	-	97.614	-	97.614
A vencer acima de 365 dias	-	1	-	1
<b>Total</b>		<b>982.895</b>		<b>982.895</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>		<b>(22)</b>		<b>(22)</b>
<b>Total a vencer</b>		<b>982.873</b>		<b>982.873</b>
<b>Vencidos</b>				
Vencidos entre 01 e 30 dias	-	41.245	-	41.245
Vencidos entre 31 e 60 dias	-	1.333	-	1.333
Vencidos entre 61 e 180 dias	-	981	-	981
Vencidos entre 181 e 365 dias	-	446	-	446
Vencidos acima de 365 dias	-	6.314	-	6.314
<b>Total</b>		<b>50.319</b>		<b>50.319</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>		<b>(6.969)</b>		<b>(6.969)</b>
<b>Total vencidos</b>		<b>43.350</b>		<b>43.350</b>
<b>Total prêmios a receber</b>		<b>1.033.214</b>		<b>1.033.214</b>
<b>Total de redução ao valor recuperável (a)</b>		<b>(6.991)</b>		<b>(6.991)</b>
<b>Total (b)</b>		<b>1.026.223</b>		<b>1.026.223</b>

(a) A redução ao valor recuperável é determinada com base nos prêmios vencidos e a vencer, considerando a totalidade dos contratos vencidos há mais de 60 dias, líquidos de comissão, impostos sobre Operações Financeiras (IOF). A contabilização é feita no balanço patrimonial pelos valores brutos, dando maior transparência para a redução do valor recuperável de cada parte, e na demonstração de resultados pelos valores líquidos, refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento; e (b) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1.

**8. Ativos e passivos de resseguro:** 8.1. **Operações com resseguradoras:**

Descrição	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissão	23	1.135	-	2.055
Salvados e ressarcimentos	-	-	456	722
Redução ao valor recuperável (a)	-	(323)	-	-
Outros	32	146	-	-
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>958</b>	<b>456</b>	<b>2.777</b>
<b>Circulante</b>	<b>33</b>	<b>834</b>	<b>456</b>	<b>2.777</b>
<b>Não circulante</b>	<b>22</b>	<b>124</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) A redução ao valor recuperável referente às operações de resseguro é analisada com base nos valores de sinistros a receber vencidos e, quando aplicável, na tabela de pontuação de probabilidade de perda (classificação de riscos). 8.2. **Ativos de resseguro e retrocessão:** Os saldos apresentados se referem aos ativos relacionados com as responsabilidades dos resseguradores em relação às provisões técnicas da Companhia. As provisões técnicas são registradas no passivo de forma bruta de resseguro, sendo então registradas no ativo as expectativas de crédito associados aos resseguradores.

Descrição	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros		Total
	2020	2019	2020	2019	
Danos	-	2.971	6.406	9.621	6.406
Pessoas	-	-	4	48	4
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.971</b>	<b>6.410</b>	<b>9.669</b>	<b>6.410</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>1.992</b>	<b>6.292</b>	<b>8.630</b>	<b>6.292</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>979</b>	<b>118</b>	<b>1.039</b>	<b>118</b>

8.2.1. **Movimentação da provisão de prêmios não ganhos:**

Descrição	Danos Pessoas			Total
	2020	2019	2018	
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>3.628</b>	<b>-</b>	<b>3.628</b>	
Emissões/RVNE	3.775	-	3.775	
Amortizações	(4.432)	-	(4.432)	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>2.971</b>	<b>-</b>	<b>2.971</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1.992</b>	<b>-</b>	<b>1.992</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>979</b>	<b>-</b>	<b>979</b>	

Salvados:	2020												
	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20(a)
Contabilizado	13.883	9.693	9.443	8.882	9.672	10.884	14.902	13.473	14.166	19.651	22.337	19.553	12.103
1 mês	1.198	869	786	1.356	2.137	2.064	1.520	1.912	7.920	1.405	1.777	927	-
2 mês	1.769	2.281	1.862	1.884	2.416	1.926	2.200	1.822	2.994	863	1.689	-	-
3 mês	1.548	1.432	944	1.697	1.376	1.121	1.141	687	1.118	672	-	-	-
4 mês	1.303	944	820	562	786	837	1.031	669	1.002	-	-	-	-
5 mês	1.078	1.042	810	1.052	1.043	978	1.188	963	-	-	-	-	-
6 mês	925	769	539	577	631	759	745	-	-	-	-	-	-
7 mês	1.181	920	1.012	995	858	710	-	-	-	-	-	-	-
8 mês	578	612	685	605	786	-	-	-	-	-	-	-	-
9 mês	783	769	684	729	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 mês	1.532	1.321	1.262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 mês	798	797	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 mês	678	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizado até Jan/20	13.371	11.756	9.404	9.457	10.033	8.395	7.825	6.053	13.034	2.940	3.466	927	-

Devido a cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, a partir de fevereiro de 2020 a Companhia deixou de apresentar ativos e respectivas movimentações de salvados.

**12. Movimentação dos custos de aquisição diferidos:**

Descrição	Nota	2020		2019
		2020	2019	
<b>Custos de aquisição diferidos</b>				
<b>Seguros</b>				<b>- 355.791</b>
Danos	12.1	-	-	355.403
Pessoas	12.2	-	-	388
<b>Total (a)</b>				<b>- 355.791</b>
<b>Circulante</b>				<b>- 354.445</b>
<b>Não circulante</b>				<b>- 1.346</b>

(a) Alienação da Carteira de Auto e Ramos Elementares, conforme nota 1.1.

Descrição	Danos Pessoas		Total
	2020	2019	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>2.971</b>	<b>-</b>	<b>2.971</b>
Amortizações	(309)	-	(309)
Cisão Parcial (a)	(2.662)	-	(2.662)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>			<b>-</b>
<b>Não circulante</b>			<b>-</b>

(a) Conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 8.2.2. **Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros:**

Descrição	2020			Total
	2020	2019		
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>14.358</b>	<b>93</b>		<b>14.451</b>
Adições/baixas	(5.371)	(52)		(5.423)
Atualização monetária / juros	627	9		636
Varição IBNR	7	(2)		5
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>9.621</b>	<b>48</b>		<b>9.669</b>
<b>Circulante</b>				<b>8.630</b>
<b>Não circulante</b>				<b>1.039</b>

Descrição	2020			Total
	2020	2019		
<b>Saldo em 01/01/2019</b>	<b>9.621</b>	<b>48</b>		<b>9.669</b>
Adições/baixas	(1.803)	3		(1.800)
Atualização monetária / juros	1.558	-		1.558
Varição IBNR	(748)	1		(747)
Cisão Parcial (a)	(2.222)	(48)		(2.270)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>6.406</b>	<b>4</b>		<b>6.410</b>
<b>Circulante</b>				<b>6.292</b>
<b>Não circulante</b>				<b>118</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 9. **Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:** 9.1. **Créditos e débitos tributários:**

Descrição	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Tributos a compensar / recuperar (nota 9.2)	36.532	37.130	-	-
Créditos tributários (9.3)	291.189	344.604	-	-
Débitos tributários (9.3)	(25.577)	(72.787)	-	-
<b>Total</b>	<b>302.144</b>	<b>308.947</b>		
<b>Circulante</b>	<b>25.685</b>	<b>30.397</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>276.459</b>	<b>278.550</b>		

Os créditos tributários são registrados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

9.2. **Tributos a compensar / recuperar:**

Descrição	Saldo em 01/01/2019		Adição	Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2019
	2019	2019				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	39.074	38.817	2.688	(70.897)		9.682
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	27.026	4.644	2.544	(7.009)		27.205
Programa de Integração Social - PIS	5	-	-	(1)		4
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	25	-	-	(5)		20
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	268	-	-	(181)		87
Outros	117	16	-	(1)		132
<b>Total</b>	<b>66.515</b>	<b>43.477</b>	<b>5.232</b>	<b>(78.094)</b>		<b>37.130</b>
<b>Circulante</b>						<b>30.397</b>
<b>Não circulante</b>						<b>6.733</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2019		Adição	Atualização monetária	Baixas / compensação	Saldo em 31/12/2020
	2019	2019				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	9.682	28.640	465	(6.971)		31.816
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	27.205	382	379	(27.578)		388
Programa de Integração Social - PIS	4	-	-	(1)		3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	20	-	-	(5)		15
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	87	680	-	(680)		87
Outros	132	4.134	-	(43)		4.223

continuação

## Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

(a) Alienação da Carteira de Auto e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 12.2. Pessoas:

Seguro direto líquido de cosseguro cedido		Total
Saldo em 01/01/2019	400	400
Custos de aquisição	783	783
Amortização	(813)	(813)
Cancelamento	(10)	(10)
RVNE	28	28
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>388</b>	<b>388</b>
<b>Circulante</b>		

Seguro direto líquido de cosseguro cedido		Total
Saldo em 31/12/2019	388	388
Custos de aquisição	56	56
Amortização	(64)	(64)
Cancelamento	(2)	(2)
Cisão parcial (a)	(378)	(378)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Não circulante</b>		

(a) Alienação da Carteira de Auto e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 13. Participações societárias:

Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE		Total
Saldo em 01/01/2019	3.839.618	3.839.618

Aumento de capital com juros sobre o capital próprio	44.674	44.674
Juros sobre o capital próprio a receber	(220.086)	(220.086)
Dividendos	(147.818)	(147.818)
Equivalência patrimonial (a) (b)	819.183	819.183
Perda de capital - variação de participação acionária	(6)	(6)
Ganho de capital - variação de participação acionária	550	550
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	(3.006)	(3.006)
Reflexo - perda atuarial de benefício definido	(110)	(110)
Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(2.896)	(2.896)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>4.333.109</b>	<b>4.333.109</b>
Juros sobre o capital próprio a receber	(182.853)	(182.853)
Dividendos intermediários	(272.913)	(272.913)
Equivalência patrimonial (a) (b)	601.851	601.851
Ganho de capital - variação de participação acionária	4.670	4.670
Deságio em transação de capital	(27.579)	(27.579)
Ajustes de avaliação patrimonial (c)	(39.789)	(39.789)
Reflexo - perda atuarial de benefício definido	(4.468)	(4.468)
Reflexo - perda de ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(35.321)	(35.321)
Prejuízos acumulados	(81)	(81)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.416.415</b>	<b>4.416.415</b>

Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE		Total
Ativo	13.609.482	
Passivo	6.368.136	
Patrimônio líquido	7.241.346	
Receita líquida	18.206.970	
Lucro líquido do período	909.181	
Percentual de participação (%)	59,95%	
<b>Valor contábil do investimento</b>	<b>4.416.415</b>	<b>4.416.415</b>
Quantidade de ações ordinárias	42.826.765	
Quantidade de ações preferenciais	15.222.510	

Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA. SAÚDE		Total
Ativo	11.985.547	
Passivo	5.464.082	
Patrimônio líquido	6.521.465	
Receita líquida	17.211.875	
Lucro líquido do exercício	1.238.216	
Percentual de participação (%)	65,60%	
<b>Valor contábil do investimento</b>	<b>4.333.109</b>	<b>4.333.109</b>
Quantidade de ações ordinárias	42.826.765	
Quantidade de ações preferenciais	15.222.510	

(a) Em 31/12/2020, a equivalência patrimonial de R\$601.851 (R\$819.183 em 2019) está registrada na rubrica "Resultado patrimonial", que contempla também, em 31/12/2020, R\$770 de outras receitas patrimoniais, líquidas de outras despesas patrimoniais (R\$7.538 em 2019); (b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA SAÚDE, provenientes da harmonização com as práticas contábeis da SUSEP não adotadas pelo órgão regulador da investida; e (c) Referem-se a valores da controlada, que afetam a controladora por reflexo, no momento do reconhecimento por equivalência patrimonial. São compostos por (1) ganhos e/ou perdas não realizados dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, que afetam o patrimônio líquido das controladas; (2) ganhos e/ou perdas registrados pela alteração na participação em empresas que as controladas investem e (3) ganhos e/ou perdas atuariais referentes aos planos de benefício definido dos membros da administração das controladas, registrados de acordo com o que preconiza o CPC 33 - Benefícios a empregados. 14. Intangível:

Custos de desenvolvimento e licenças Software (b)

Custo		Total
Saldo em 01/01/2019	178.882	
Adição	22.374	
Baixa	(684)	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>200.572</b>	
<b>Amortização acumulada</b>		
Saldo em 01/01/2019	(102.519)	
Baixa	661	
Amortização	(20.769)	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(122.627)</b>	
<b>Saldo residual em 31/12/2019</b>	<b>77.945</b>	
Vida útil estimada	5 a 10 anos	

19. Partes relacionadas: 19.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2020	2019	2020	2019
Sul América S.A. (a) (b) (c)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	14	140	21.804	112.658
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (c)	Controladora direta	Sul América S.A.	187	484	4.696	35.946
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c)	Controlada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	2.333	1.442	3	1.484
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c) (f)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	36	5	3	132
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	6	2	4	162
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (c) (e)	Controlada indireta	Sulasapar Participações S.A.	153	1.103	-	364
Nova Ação Participações S.A. (h)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	5	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (c) (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	44	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c) (d)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	22	-	336	12
Sul América Odontológico S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	279	5	-	-
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (c)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	199	307	-	31
Sul América Holding S.A. (c)	Ligada	Sul América S.A.	3	-	-	-
Prodent - Assistência Odontológica Ltda (c)	Controlada indireta	Sul América Odontológico S.A.	10	-	-	-
Sul América Serviços e Participações S.A. (c) (h) (l)	Outros	Outros	-	47	-	-
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (g)	Outros	Outros	-	107	2.301	2.158
<b>Total</b>			<b>3.244</b>	<b>3.691</b>	<b>29.147</b>	<b>152.947</b>

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente ao reembolso da Companhia pelo plano de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA; (c) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (d) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia; (e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (f) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; (g) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e

Custos de desenvolvimento e licenças Software (b)

Custo		Total
Saldo em 31/12/2019	200.572	
Adição	1.100	
Baixa	(63.722)	
Cisão parcial	(137.950)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	
<b>Amortização acumulada</b>		
Saldo em 31/12/2019	(122.627)	
Baixa	56.619	
Amortização	(7.025)	
Cisão parcial (a)	73.033	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	
<b>Saldo residual em 31/12/2020</b>	<b>5 a 10 anos</b>	

(a) Alienação da Carteira de Auto e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. (b) Custos de desenvolvimento e licenças de softwares: Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infra-estrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site das companhias do grupo, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional. 15. Contas a pagar: 15.1. Obrigações a pagar:

Descrição	2020	2019
Obrigações fiscais (vide nota 21.2)	378.937	374.189
Refinanciamento fiscal - REFIS (a)	15.192	14.785
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17.000	140.250
Honorários de administradores a pagar	-	20.206
Participações no Lucro	449	26.912
Demais	6.611	39.465
<b>Total</b>	<b>418.189</b>	<b>615.807</b>
<b>Circulante</b>	<b>28.103</b>	<b>241.618</b>
<b>Não circulante</b>	<b>390.086</b>	<b>374.189</b>

(a) Em dezembro de 2013, a SALIC aderiu ao Refinanciamento Fiscal (REFIS) cujo prazo foi reaberto pela Lei nº 12.865/2013, e parcelou valores devidos relativos à CSLL e INSS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão, incluídas no REFIS, foi de R\$27.498 (líquido das reduções de 90% das multas de mora ou de ofício, 35% das multas isoladas, 40% dos juros e 100% dos encargos legais). A Companhia realizou o pagamento da última parcela relativa aos valores devidos de CSLL em 29/04/2016 e aguarda a conversão em renda dos depósitos relativos às ações previdenciárias. Em 31/12/2020, as obrigações correspondem a R\$4.043 (R\$14.785 em 2019) no passivo circulante e R\$11.149 (R\$0 em 2019) no passivo não circulante. 15.2. Outras contas a pagar:

Descrição	2020	2019
Contas a pagar fornecedores	912	13.805
Compromissos mobiliários a pagar	9.726	8.866
Outros	28.364	12.183
<b>Total</b>	<b>39.002</b>	<b>34.854</b>
<b>Circulante</b>	<b>34.913</b>	<b>31.111</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.089</b>	<b>3.743</b>

16. Débitos de operações com seguros e resseguros: 16.1. Corretores de seguros e resseguros:

Descrição	2020 (a)	2019
Seguro direto	-	65.827
Seguro direto e cosseguro aceito - RVNE	-	8.393
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>74.220</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>74.220</b>

(a) Alienação da Carteira de Auto e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 17. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e emolumentos recebidos. Em 31/12/2020 não há saldos correspondentes a depósitos terceiros (R\$6.738 em 2019) devido a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. Sua distribuição por idade, em 2019, é apresentada a seguir:

Descrição	2019
De 01 a 30 dias	4.007
De 31 a 60 dias	899
De 61 a 120 dias	204
De 121 a 180 dias	479
De 181 a 365 dias	852
Acima de 365 dias	297
<b>Total</b>	<b>6.738</b>

18. Provisões técnicas de seguros: 18.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros:

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		Total
	2020	2019	
Saldo em 01/01/2019	1.875.952	764.690	
Emissões	3.779.656	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(272.138)	(2.459.886)	
Prêmios ganhos	(3.576.143)	-	
Avisados / alterações	-	2.397.928	
Atualização monetária / juros	-	30.748	
Variação do IBNR	-	(1.972)	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.807.327</b>	<b>731.508</b>	<b>2.538.835</b>
<b>Circulante</b>			<b>2.327.237</b>
<b>Não circulante</b>			<b>211.598</b>

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		Total
	2020	2019	
Saldo em 31/12/2019	1.807.327	731.508	
Emissões	248.788	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(22.812)	(224.675)	
Prêmios ganhos	(295.135)	-	
Avisados/ alterações	-	237.469	
Atualização monetária / juros	-	4.104	
Variação do IBNR	-	(5.071)	
Cisão Parcial (a)	(1.738.168)	(722.744)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>20.591</b>	<b>20.591</b>
<b>Circulante</b>			<b>17.204</b>
<b>Não circulante</b>			<b>3.387</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1.

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		Total
	2020	2019	
Saldo em 01/01/2019	1.509	1.204	
Emissões	2.954	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(39)	(2.854)	
Prêmios ganhos	(2.995)	-	
Avisados / alterações	-	2.319	
Atualização monetária / juros	-	89	
Variação do IBNR	-	(14)	
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>1.429</b>	<b>744</b>	<b>2.173</b>
<b>Circulante</b>			<b>1.729</b>
<b>Não circulante</b>			<b>444</b>

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		Total
	2020	2019	
Saldo em 31/12/2019	1.429	744	
Emissões	197	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(7)	(263)	
Prêmios ganhos	(235)	-	
Avisados / alterações	-	338	
Atualização monetária / juros	-	11	
Variação do IBNR	-	10	
Cisão parcial (a)	(1.384)	(595)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>245</b>	<b>245</b>
<b>Circulante</b>			<b>156</b>
<b>Não circulante</b>			<b>89</b>

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		Total
	2020	2019	
Saldo em 31/12/2019	1.429	744	
Emissões	197	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(7)	(263)	
Prêmios ganhos	(235)	-	
Avisados / alterações	-	338	
Atualização monetária / juros	-	11	
Variação do IBNR	-	10	
Cisão parcial (a)	(1.384)	(595)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>245</b>	<b>245</b>
<b>Circulante</b>			<b>156</b>
<b>Não circulante</b>			<b>89</b>

Descrição	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e de despesas relacionadas - PDR		Total
	2020	2019	
Saldo em 31/12/2019	1.429	744	
Emissões	197	-	
Pagamentos/ baixas / cancelamentos	(7)	(263)	
Prêmios ganhos	(235)	-	
Avisados / alterações	-	338	
Atualização monetária / juros	-	11	
Variação do IBNR	-	10	
Cisão parcial (a)	(1.384)	(595)	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>245</b>	<b>245</b>
<b>Circulante</b>			<b>156</b>
<b>Não circulante</b>			<b>89</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. Em 31/12/2020 e 2019, a PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de Automóveis. Em 31/12/2020 e 2019, a posição de

continuação

**Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09**

19.2. Remuneração da administração: A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores		Incentivo pós-emprego em ações (a)		Total
<b>Contas a pagar</b>					
2020	24	3.345	9.501	12.870	
2019	20.716	5.093	8.354	34.163	
<b>Despesas</b>					
2020	(6.291)	(376)	(1.514)	(8.181)	
2019	(40.807)	(1.307)	(5.172)	(47.286)	

(a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo em ações (stock options) aos seus executivos (nota 3.13). 20. Compromissos e ônus a liquidar: 20.1. Outros créditos: Em 31/12/2020, o saldo de R\$41.090 (R\$30.017 em 2019) das rubricas "Outros créditos" no ativo circulante, e "Outros créditos operacionais" no ativo não circulante, é composto basicamente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R\$40.199 (R\$27.427 em 2019). 20.2. Garantia das provisões técnicas: A Companhia possui bens vinculados a SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na

nota 18.2. 20.3. Contratos de aluguel: Rio de Janeiro: Em 17/09/2018, a Companhia celebrou novo contrato de locação, do imóvel da sede da matriz no Rio de Janeiro, com prazo de 10 anos e início de vigência a partir de 18/04/2019. Para o primeiro ano, o aluguel foi pago em uma única parcela em 17/04/2020. A partir do segundo ano de vigência do contrato, as parcelas serão pagas mensalmente, sempre no dia 5 do mês subsequente. O contrato é atualizado anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato. São Paulo: Em 04/07/2013, a CIA. SAÚDE, empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, assinou contrato de locação para a nova sede da SulAmérica em São Paulo. O prazo da locação é de 10 anos, contados a partir de 15/06/2015, podendo ser renovado automaticamente por períodos de 5 anos, por 3 ciclos consecutivos. Durante o período de vigência do contrato a CIA. SAÚDE se comprometeu a pagar mensalmente o valor original de R\$1.833, reajustada anualmente, em junho de cada ano, pela variação acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 2,5% sobre este montante. O montante registrado no resultado da Companhia, até 31/12/2020, corresponde a R\$1.741 (R\$2.773 em 2019). A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a CIA. SAÚDE poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. 21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2020

e 2019, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, as provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo circulante e não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: 21.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2020	2019
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	177.264	153.401
PIS	209.294	202.829
CSLL	140.748	138.284
IRPJ	1.892	1.866
Outros	31.782	29.952
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	200.381	197.703
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	77.758	92.225
Ações cíveis	5.655	70.271
<b>Total</b>	<b>844.774</b>	<b>886.531</b>
<b>Não circulante</b>	<b>844.774</b>	<b>886.531</b>

Os depósitos judiciais e fiscais são registrados no não circulante, conforme a expectativa de realização. 21.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

Descrição	Saldos em 01/01/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2019
<b>Cíveis e trabalhistas:</b>					
Cíveis	30.800	12.222	2.313	(23.394)	21.941
Honorários	3.255	1.428	-	(2.379)	2.304
Trabalhistas	64.444	2.162	4.274	(18.381)	52.499
Outros	1.315	142	64	(113)	1.408
<b>Subtotal</b>	<b>99.814</b>	<b>15.954</b>	<b>6.651</b>	<b>(44.267)</b>	<b>78.152</b>
<b>Tributárias (a)</b>					
PIS	118.984	3.897	3.555	(12.629)	113.807
COFINS	128.888	-	3.566	-	132.454
CSLL	113.310	-	4.757	-	118.067
INSS	191.916	-	5.380	-	197.296
Honorários	9.582	2.356	611	(2.690)	9.859
Outros	67	-	3	(70)	-
<b>Subtotal</b>	<b>562.747</b>	<b>6.253</b>	<b>17.872</b>	<b>(15.389)</b>	<b>571.483</b>
<b>Total</b>	<b>662.561</b>	<b>22.207</b>	<b>24.523</b>	<b>(59.656)</b>	<b>649.635</b>
<b>Circulante</b>					<b>6.345</b>
<b>Não circulante</b>					<b>643.290</b>

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2020 são de R\$378.937 (R\$374.189 em 2019), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 15.1). 21.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2020 e 2019 são: COFINS: A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização de apólices de seguros. Em junho de 2018, o pleno do STF julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmada a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a probabilidade de perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para a COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo obtido decisão deferindo a liminar pleiteada. Em novembro de 2020 a Companhia obteve sentença desfavorável que suspendeu os efeitos da liminar. Em consequência disso, em dezembro de 2020, a Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$21.850. PIS: A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais (EC's) nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a expectativa de perda dos processos relativos às EC's nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, sendo remota no que se refere à alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do STF assegurando a SALIC o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Atualmente a Companhia aguarda o levantamento dos valores depositados. Em 2013 foi realizada a baixa do valor de R\$45.799 e foram iniciados os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. Até 31/12/2020 não ocorreram alterações no status deste processo. A Companhia obteve decisão transitada em julgado nos autos do processo 9701070780, assegurando o direito de calcular e pagar o PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 17/1997 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, reverteu a provisão relativa a esta parcela, no montante de R\$12.629 e aguarda o levantamento e a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. Os demais processos sobre o tema permanecem aguardando decisão. A Companhia ajuizou Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para o PIS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017, tendo obtido decisão deferindo a liminar pleiteada. Em novembro de 2020 a Companhia obteve sentença desfavorável que suspendeu os efeitos da liminar. Em consequência disso, em dezembro de 2020, a Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$3.551. CSLL: Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita à majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, a Companhia optou por descontinuar os depósitos judiciais e passou a recolher os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda na demanda. A Companhia obteve decisão desfavorável nos autos do processo em que discutia essa matéria e atualmente aguarda a conversão em renda dos valores depositados. 21.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2020 e 2019, é: INSS: A Companhia questiona e depositava judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso III, artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados relativos ao INSS de corretores de seguros se encontram com sua exigibilidade de suspensão por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores de corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. No mês de junho de 2020, a Companhia obteve decisão desfavorável transitada em julgado em um de seus processos sobre a matéria e aguarda a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos desta ação. As demais ações sobre o tema permanecem aguardando julgamento. No mês de agosto de 2020, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros. 21.5. Contingências: Em 31/12/2020 e 2019, o valor total em discussão dos processos relevantes cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de:

Descrição	2020	2019
Fiscais	459.136	466.856
Cíveis	57.396	70.630
Trabalhistas	38.827	49.282
<b>Total</b>	<b>555.359</b>	<b>586.768</b>

A parcela não provisionada, no montante de R\$459.136 (R\$466.856 em 2019) é composta, principalmente, por autos de infração lavrados contra a Companhia, em que se questiona: (i) a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da controladora STA Participações S.A. nos anos calendário 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; e (iii) processos judiciais e administrativos relativos a discussões sobre PIS e COFINS. 22. Patrimônio líquido: 22.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2020 é de R\$3.731.043 (R\$2.612.726 em 2019), dividido em 281 ações ordinárias (241 ações em 2019) e 262 ações preferenciais (236 ações em 2019), totalizando 543 ações (477 ações em 2019), todas nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/03/2019 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$428.438, sendo: (i) R\$200.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do total da Reserva Legal e parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais, em observância ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976; e (ii) R\$ 228.438, com a emissão de 10 novas ações ordinárias e 10 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.421.894,57 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 28/02/2019, sendo: (i) 5 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A.; e (ii) 5 novas ações ordinárias e 10 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas, neste ato, pela acionista Sul América S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.613586/2019-09 e 15414.619345/2019-65, sendo aprovado em 09/01/2020. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/04/2019 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$149.589, com a emissão de 7 novas ações ordinárias e 6 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.506.837,17 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/03/2019, sendo: (i) 4 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A.; e (ii) 3 novas ações ordinárias e 6 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.615938/2019-52, sendo aprovado em 09/01/2020. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/09/2019 os Acionistas da Companhia

aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$23.999, com a emissão de 1 nova ação ordinária e 1 nova ação preferencial, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.999.585,02 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/08/2019, sendo: (i) 1 nova ação ordinária subscrita e integralizada pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A.; e (ii) 1 nova ação preferencial subscrita e integralizada pela acionista Sul América S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.630563/2019-51, sendo aprovado em 10/01/2020. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/12/2019 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$24.196, com a emissão de 2 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$12.098.238,40 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 31/11/2019, as novas ações emitidas serão subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.600976/2020-44, sendo aprovado em 04/02/2020. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/03/2020 foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com incorporação da parcela cindida pela Sul América Seguros de Automóveis e Massificadas S.A. Em decorrência da cisão parcial da Companhia, foi aprovada a redução do capital social da Companhia em R\$456.866, conforme descrito no Laudo de Avaliação, sem cancelamento de ações. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.604710/2020-71, sendo aprovado em 20/06/2020. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada, cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária, em 26/03/2020 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$748.499, sendo: (i) R\$598.633, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais, em observância ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976; e (ii) R\$149.866, com a emissão de 6 novas ações ordinárias e 6 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$12.488.831,48 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 29/02/2020, mediante a integralização em créditos originários de juros sobre capital próprio no montante de R\$140.250 e em dinheiro no montante de R\$9.616, sendo: (i) 3 novas ações ordinárias subscritas e integralizadas pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A.; e (ii) 3 novas ações ordinárias e 6 novas ações preferenciais subscritas e integralizadas pela acionista Sul América S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.605591/2020-73, sendo aprovado em 02/07/2020. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2020 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$24.978, com a emissão de 1 nova ação ordinária e 1 nova ação preferencial todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$12.488.831,48 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 29/02/2020. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas em espécie, pela acionista Sul América S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.606605/2020-76, sendo aprovado em 12/08/2020. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19/05/2020 os Acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$69.067, com a emissão de 6 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11.511.224,36 (em reais) por ação, calculado conforme disposto no art. 170, § 1º, II da Lei nº 6.404/1976, na data-base de 30/04/2020. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas em espécie, pela acionista Saepar Serviços e Participações S.A. O processo de aprovação da referida Assembleia tramitou na SUSEP sob o nº de processo 15414.610415/2020-53, sendo aprovado em 25/09/2020. 22.2. Reserva de capital: Refere-se ao ágio apurado em transações de capital e na aquisição de ações de empresas que a Companhia já detém o controle. 22.3. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 22.4. Reserva estatutária: A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não poderá exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a aplicação do excesso em aumento do capital social ou distribuição de dividendos aos acionistas. 22.5. Ajuste de avaliação patrimonial: A rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. 22.6. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 26/03/2020, os acionistas aprovaram na Assembleia Geral Ordinária realizada, cumulativamente com a Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos obrigatórios no montante de R\$222.612 e a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$48.237, aos quais foram imputados o dividendo intercalar declarado em 11/11/2019 e os juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 25/03/2019, 26/06/2019, 26/09/2019 e 13/12/2019. Em 26/11/2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$119.007, sendo R\$219.166,06 (em reais) por ação ordinária ou preferencial, a serem pagos aos acionistas a partir da referida data. 22.7. Distribuição de resultado:

Descrição	2020	2019
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>397.517</b>	<b>915.134</b>
(-) Impostos e contribuições	24.102	46.361
(-) Participações	2.815	(24.181)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>424.434</b>	<b>937.314</b>
(-) Outros ajustes	(81)	-
<b>Lucro líquido do exercício após ajustes</b>	<b>424.353</b>	<b>937.314</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(21.218)	(46.866)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>403.135</b>	<b>890.448</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do Lucro líquido ajustado</b>	<b>100.784</b>	<b>222.612</b>
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	100.784	32.849
(-) Dividendos antecipados não imputados nos dividendos obrigatórios	18.223	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido imputados nos dividendos obrigatórios	17.000	189.763
(-) Juros sobre capital próprio não imputados nos dividendos obrigatórios	-	48.237
Bruto	20.000	280.000
Imposto de renda	(3.000)	(42.000)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Destinação:</b>		
Constituição de reserva estatutária	264.128	577.599

23. Detalhamento das contas do resultado: 23.1. Principais ramos de atuação:

Descrição	2020		2019		
	Prêmios ganhos	Sinistra- lidade	Comissio- namento	Prêmios Sinistra- lidade	Comissio- namento
Automóvel - casco	159.981	83,00%	21,00%	1.935.477	68,30%
Responsabilidade Civil Facultativa					
Veículos - RCFV	57.398	70,70%	17,90%	707.485	62,80%
Assistência e Outras Coberturas - auto	56.035	44,40%	18,70%	665.449	44,60%
Seguro habitacional em apólices de mercado - prestamista	26	0%	10,00%	8.753	52,20%
Seguro habitacional em apólices de mercado - demais coberturas	7	0%	10,00%	5.380	15,30%
Compreensivo empresarial	3.385	0%	33,30%	42.669	24,30%
Compreensivo condomínio	5.022	61,90%	27,70%	64.233	54,30%
Compreensivo residencial	5.926	37,90%	35,40%	74.578	26,90%
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	5.082	3,40%	18,30%	63.778	3,40%
Outros	1.756	32,10%	33,20%	16.431	45,10%
<b>Total (a)</b>	<b>294.618</b>			<b>3.584.233</b>	

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1.

23.2. Sinistros ocorridos:

Descrição	2020	2019
Sinistros	(237.558)	(2.524.794)
Recuperação de sinistros	-	(29)
Salvados e ressarcimentos	28.870	379.900
<b>Variação de sinistros ocorridos mas não avisados</b>	<b>5.030</b>	<b>1.985</b>
<b>Total (a)</b>	<b>(203.658)</b>	<b>(2.142.938)</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 23.3. Custos de aquisição:

Descrição	2020	2019
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos	(46.424)	(708.019)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	4.337	55.514
Outros custos de comercialização	(3.353)	(68.914)
<b>Variação de custos de aquisição diferidos</b>	<b>(44.983)</b>	<b>3.154</b>
<b>Total (a)</b>	<b>(60.423)</b>	<b>(718.265)</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 23.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2020	2019
Despesas com operações de seguros	(9.831)	(57.466)
Constituição/(reversão) de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(3.814)	(13.889)
Reversão/(constituição) da provisão para riscos de crédito	(11.165)	(46.814)
Despesas com administração de seguros e resseguros	(100)	(825)
Outras despesas e receitas operacionais	(1.542)	(9.221)
<b>Total (a)</b>	<b>(26.452)</b>	<b>(128.215)</b>

continuação

Sul América Companhia Nacional de Seguros | CNPJ 33.041.062/0001-09

Descrição	2020	2019
COFINS	(17.449)	(61.690)
PIS	(2.835)	(1.294)
Outros	(5.721)	(13.170)
<b>Total (a)</b>	<b>(26.005)</b>	<b>(76.154)</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 23.8. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2020	2019
Títulos e valores mobiliários	11.259	104.797
Valor justo por meio do resultado	3.012	10.681
Disponível para venda	7.911	93.377
Mantido até o vencimento	336	739
<b>Operações de seguros - outros</b>	<b>2.694</b>	<b>37.603</b>

Atualização monetária e juros de depósitos judiciais, da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	2020	2019
Outros	685	17.733
<b>Total (a)</b>	<b>22.774</b>	<b>166.446</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 23.8.1. Receitas financeiras:

Descrição	2020	2019
Valorização de cotas de fundos de investimentos	3.922	30.763
Títulos de renda fixa - privados	766	11.406
Títulos de renda fixa - públicos	8.200	83.379
Operações de seguros	12.274	62.203
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	15.919	31.092
Outras	2.562	23.578
<b>Total (a)</b>	<b>43.643</b>	<b>242.421</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 23.8.2. Despesas financeiras:

Descrição	2020	2019
Operações de seguros	(9.580)	(21.379)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(1.630)	(20.751)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(7.783)	(28.000)
Outras	(1.876)	(5.845)
<b>Total (a)</b>	<b>(20.869)</b>	<b>(75.975)</b>

(a) A variação refere-se basicamente a conclusão da cisão da carteira de Automóveis e Ramos Elementares, conforme nota 1.1. 23.9. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social de 31/12/2020 e 2019, calculados com base

nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações</b>	<b>397.517</b>	<b>397.517</b>	<b>915.134</b>	<b>915.134</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(99.379)	(59.628)	(228.784)	(137.270)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Atualização de depósitos judiciais (decisão favorável)	-	-	(68)	(41)
Redução ao valor recuperável	(2.841)	(1.705)	(11.704)	(7.022)
Despesas não dedutíveis	(427)	(254)	(777)	(456)
Transferência Cisão	(22.448)	(13.469)	-	-
Provisões indedutíveis	-	-	(462)	(277)
Juros s/ capital próprio	(40.713)	(24.428)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(66.429)</b>	<b>(39.856)</b>	<b>(13.011)</b>	<b>(7.796)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	150.463	90.278	204.796	122.877
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	2.571	1.542	3.472	2.083
Reversão de provisões não dedutíveis	5.928	3.557	-	-
Atualização de depósitos judiciais	1.659	996	3.637	2.182
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	486	292	5.437	3.262
Juros sobre capital próprio	-	-	14.979	8.987
Outras	1.426	406	5.927	4.261
<b>Subtotal</b>	<b>162.533</b>	<b>97.071</b>	<b>238.248</b>	<b>143.652</b>
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>79</b>	<b>-</b>	<b>473</b>	<b>-</b>
<b>Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(3.196)</b>	<b>(2.413)</b>	<b>(3.074)</b>	<b>(1.414)</b>

Descrição	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Diferidos:</b>				
Constituição / reversão de crédito tributário sobre diferenças temporárias	(7.250)	(4.341)	4.322	2.604
Constituição de débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	25.813	15.489	27.452	16.471
<b>Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>18.563</b>	<b>11.148</b>	<b>31.774</b>	<b>19.075</b>
<b>Receitas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>15.367</b>	<b>8.735</b>	<b>28.700</b>	<b>17.661</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-3,87%</b>	<b>-2,20%</b>	<b>-3,14%</b>	<b>-1,93%</b>
<b>Alíquota efetiva combinada</b>	<b>-6,07%</b>	<b>-6,07%</b>	<b>-6,07%</b>	<b>-5,07%</b>

24. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

Descrição	2020		Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	
Base de cálculo	(14.768)	12.277	(2.491)
Imposto de renda	3.692	(3.069)	623
Contribuição social	2.215	(1.842)	373
<b>Total</b>	<b>5.907</b>	<b>(4.911)</b>	<b>996</b>
<b>Líquido</b>	<b>(8.861)</b>	<b>7.366</b>	<b>(1.495)</b>

Descrição	2019		Total
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	
Base de cálculo	10.954	(6.045)	4.909
Imposto de renda	(2.739)	1.512	(1.227)
Contribuição social	(1.643)	907	(736)
<b>Total</b>	<b>(4.382)</b>	<b>2.419</b>	<b>(1.963)</b>
<b>Líquido</b>	<b>6.572</b>	<b>(3.626)</b>	<b>2.946</b>

25. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa nas atividades de investimento e financiamento: Conforme descrito na nota 22.1, A Companhia aumentou seu capital social. Do total do aumento, R\$200.000 com transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa, mediante a capitalização do total da Reserva Legal e parte da Reserva para Expansão dos Negócios Sociais.

**Conselho de Administração:** Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. **Conselheiros:** Carlos Infante Santos de Castro; Domingos Carelli Netto; e Renato Russo.

**Diretoria:** **Diretor Presidente:** Gabriel Portella Fagundes Filho. **Diretores Vice-Presidentes:** André Luiz Lauzana dos Santos; Marco Antonio Antunes da Silva; Patrícia Quirico Coimbra; e Ricardo Bottas Dourado dos Santos.

**Diretores:** Alessandra Maia Marinho Basile; Fabiane Reschke; Gustavo Kohn Giometti; José Carlos dos Santos Vieira; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marcelo Suman Mascaretti; Reinaldo Amorim Lopes; e Solange Zaquem Thompson Motta.

**Contadora:** Flavia Vieira Pereira, CRC - RJ-094933/O-3.

**Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MBA/MTPS/2244.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020

I. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, até a presente data: • Apreciou os relatórios da Ouvidoria da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e ao período encerrado em 30/06/2020; • Monitorou e avaliou as exposições a riscos da Companhia, bem como a qualidade e integridade do seu programa de gestão de riscos operacionais e corporativos, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco esse sistema e/ou causar eventuais impactos nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o sistema de gestão de riscos é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente;

• Revisou, previamente à sua divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação e envio à SUSEP; • Com relação à auditoria contábil independente e à auditoria contábil interna, o Comitê tomou conhecimento dos trabalhos executados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que as auditorias cumpriram de forma satisfatória com o escopo dos trabalhos, bem como observaram os dispositivos legais e normativos aplicáveis; • Avaliou e monitorou o sistema de controles internos da Companhia, não tendo identificado falhas que pudessem vir a colocar em risco a eficácia desse sistema e/ou causar eventuais impactos

nos negócios da Companhia. O Comitê concluiu, portanto, que o referido sistema é adequado às necessidades da Companhia, bem como atende à legislação vigente; e • Reuniu-se com o Presidente da Companhia, com os sócios responsáveis pela empresa de auditoria contábil independente e com o Diretor responsável pela área de auditoria interna, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das suas recomendações pela Administração da Companhia. II. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 144 da Resolução CNSP nº 321/2015.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.  
Renato Russo Presidente  
Jorge Augusto Hirs Saab Membro  
Jorge Roberto Manoel Membro

Parecer dos Atuários Auditores Independentes

**Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A. - Rio de Janeiro - RJ.** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguros registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e, também, com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Seguradora, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Seguradora auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguros registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e/ou FIP de Sinistros, exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Seguradora um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente. São Paulo, 23 de fevereiro de 2021. Ricardo Pacheco - MIBA 2.679. Ernst & Young Serviços Atuariais SS - CNPJ 03.801.998/0001-11 - CIBA 57. São Paulo Corporate Towers, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte, 04543-011 São Paulo - SP, Brasil.

**Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes: Demonstrativo dos valores sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2020 (em milhares de Reais)**

Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	-
Provisão de Sinistros a Liquidar	20.187
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	200
Provisão Complementar de Cobertura	-
Provisão de Despesas Relacionadas	448
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>20.835</b>
<b>Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas</b>	
Ativos de Resseguro Redutores de PSL	6.384
Ativos de Resseguro Redutores de IBNR	7
Ativos de Resseguro Redutores de PDR	19
Ativos de Resseguro de PCC	-
Depósitos Judiciais Redutores	618
Provisões Retidas pelo IRB	3.097
<b>Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas</b>	<b>10.125</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido</b>	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.868.048
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	683
Capital de Risco - Mercado (f)	41.796
Capital de Risco - Crédito (d)	151.309
Capital de Risco - Operacional (e)	84
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(26.690)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	167.182
<b>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</b>	<b>167.182</b>
<b>Suficiência do PLA (a) - (i)</b>	<b>1.700.866</b>
<b>Liquidez Regulatória</b>	
Ativos financeiros vinculados às provisões técnicas (a)	142.422
Provisões técnicas líquidas dos ativos redutores (b)	(10.710)
Suficiência dos ativos financeiros (c) = (a)+(b)	131.712
Requerimento de Liquidez Regulatória (d)	(33.436)
<b>Suficiência de Liquidez Regulatória (c)-(d)</b>	<b>98.276</b>

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da Sul América Companhia Nacional de Seguros. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 20 de fevereiro de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com

responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Martorelli - Sócio  
Contador - CRC-1RJ106103/O-0  
Marcelo Felipe L. de Sá - Sócio  
Contador - CRC-1RJ094644/O-0

